



Maurício e Arlete Sampaio (de branco) temem conflito com o Governo Federal sobre segurança

Oposição admite risco de crise com Governo Federal

Silvana Freitas

Os candidatos a governador do DF pela Frente Popular, Maurício Corrêa, e a vice-governadora pelo PT, Arlete Sampaio, reconheceram ontem, em debate sobre eleições e partidos políticos realizado na Universidade de Brasília, os riscos de conflitos com o Governo Federal, na hipótese de o GDF ser Administrado por partido ou coligação de oposição ao Palácio do Planalto. Esta tese foi reforçada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, José Paulo Sepúlveda Pertence, ao afirmar que a autonomia política e administrativa de Brasília ainda é relativamente frágil com relação, por exemplo, à segurança pública.

Tanto Pertence quanto Corrêa, no debate promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, destacaram que a Constituição é contraditória quanto à definição dos poderes dos governos federal e local sobre os organismos de segurança pública de Brasília. O artigo 144, por exemplo, estabelece que as corporações são subordinadas ao GDF, enquanto o artigo 21, prevê que a União deve mantê-las e organizá-las. Caberá à mobilização comunitária, na opinião de Arlete Sampaio, "o combate às eventuais tentativas de boicote por parte do Palácio do Planalto a um governo de oposição".

Os professores Maria Isabel de Carvalho e David Fleischer fizeram uma ampla avaliação sobre o processo eleitoral, com ênfase ao fato de mais da metade dos eleitores não ter simpatias definidas por partidos políticos, favorecendo a eleição de um candidato personalista ao Palácio do Buriti. Fleischer acredita que o primeiro pleito direto para o GDF poderá repetir o resultado das últimas eleições presidenciais, quando Collor apelou para a degradação da política tradicional, atingindo especialmente

os "descamisados" que não tinham identificação com nenhum partido.

Distritais

Deverão compor a futura Câmara Legislativa, na opinião de Fleischer, as lideranças comunitárias de bairros e cidades-satélites, os líderes de segmentos específicos da sociedade como funcionalismo público e comunidade evangélica, além de deputados que farão uma campanha com amplos recursos financeiros e dos livres atiradores, aqueles que conseguirão êxito no trabalho de corpo-a-corpo e comícios. Para ele, o programa no horário eleitoral gratuito, ao dedicar, em alguns casos, cinco segundos a cada três dias para candidatos a deputado distrital, pouco influirá na formação da futura Câmara Legislativa.

O debate contou com um número pequeno de participantes — em torno de 50 pessoas — "demonstrando que o brasiliense ainda não despertou para a importância da discussão política", afirma Fleischer. Ele avalia que a motivação deveria ser maior, pois prevê que a atual vida tranqüila e pacata da cidade poderá ser modificada a partir de outubro. "Vários candidatos do poder econômico querem, caso se elejam, mudar gabaritos de Brasília e retirar projeções no Plano Piloto hoje pertencentes à UnB, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, enquanto outros, que representam os comerciantes, pleiteiam a venda das propriedades rurais hoje arrendadas pela Fundação Zoobotânica", explica o professor.